ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Erechim
APROVADO
Sessão: 17 / 11 / 2008
Presidente

MOÇÃO DE APOIO Nº 040 /2008

Exmo Sr.:
Presidente do Poder Legislativo Municipal
ERECHIM – RS

Câmara Municipal de Erechim
PROTOCOLO
Recebido em 17 / 11 / 08
Secretaria Geral

Os Vereadores, abaixo subscritos, vêm, respeitosamente, amparados na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno desta Casa, após a aprovação junto ao Plenário, requerer o envio aos líderes de Bancada com assento na Assembléia Legislativa, à Governadora do estado do Rio Grande do Sul, Sra. Yeda Crusius e à Secretária de Educação Mariza Abreu, **MOÇÃO DE APOIO** às reivindicações do CPERS/SINDICATO, solicitando a retirada do projeto de Lei que propõe um teto ao piso estadual, e o compromisso dos nobres parlamentares de não votarem durante o recesso escolar qualquer projeto que retire direitos dos Trabalhadores em Educação.

JUSTIFICATIVA:

Reunidos em Assembléia, no último sábado 15, o Comando de Greve do CPERS/Sindicato optou pela greve como forma de pressionar pela retirada da Assembléia Legislativa do projeto encaminhado na terça-feira passada pelo Governo do estado que cria um piso estadual. Segundo o CPERS/SINDICATO, a proposta de piso apresentada pela governadora é diferente da lei federal, sendo apenas o valor de R$ 950,00 semelhante. Ele propõe um teto e não um básico. Segundo este entendimento o projeto, se aprovado, significaria um congelamento de salários, pois sobre ele não seria aplicado aquilo de mais caro que a categoria tem: sua carreira, garantida através do seu esforço para se qualificar e então mudar de nível. Além de

tudo, o governo afirma na justificativa do projeto que irá elaborar um novo plano de carreira para o magistério.

A categoria não aceita alterações no plano, principalmente porque a intenção do governo é encurtar as distâncias entre os níveis, achatando os vencimentos dos educadores e com isso "gastando menos com o pagamento de salários".

Como o PL já esta na Assembléia Legislativa, cabe aos parlamentares pressionar pela sua retirada. Além disso, o CPERS reivindica que os deputados estaduais assumam o compromisso de não votarem durante o recesso escolar qualquer projeto que retire direitos dos trabalhadores em educação.

Por entendermos que a qualidade na educação passa necessariamente pela valorização dos trabalhadores, apoiamos as reivindicações supracitadas e conclamamos encarecidamente aos nobres deputados que interfiram junto ao governo do estado para que se chegue a um acordo viável e justo.

Nesses Termos

Pedem deferimento

Erechim (RS), 17 de novembro de 2008.